



## PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Parecer nº 32/2025 da CCJR sobre o Projeto de Lei nº 08/2025, de autoria dos vereadores que compõe a Mesa Diretora da Câmara Municipal, que dispõe sobre a fixação dos subsídios dos secretários municipais, bem como sobre o pagamento do 13º salário e de férias para agentes políticos.

### I - EXPOSIÇÃO DA MATÉRIA

1. Trata-se de projeto de lei de autoria da Mesa Diretora da Câmara Municipal, que dispõe sobre a fixação dos subsídios dos secretários municipais, bem como sobre o pagamento do 13º salário e de férias para agentes políticos.
2. Os autores afirmam que levando em consideração a nova estrutura organizacional, faz-se necessário a fixação dos subsídios dos secretários municipais, uma vez que se trata de inovação no ordenamento jurídico municipal.
3. É o relatório.

### II – VOTO DO RELATOR

4. A análise deste parecer restringe-se aos aspectos de **constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa**, conforme determina o artigo 46, inciso I, alínea “a”, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Pariqueira-Açu.

#### Competência e Iniciativa Legislativa

5. A proposta versa sobre matéria de interesse local, enquadrando-se, portanto, na competência legislativa do Município, de acordo com o artigo 30, inciso I, da Constituição Federal que dispõe ..."Compete aos Municípios: I - legislar sobre assuntos de interesse local"...
6. A iniciativa parlamentar é legítima, com fundamento no artigo 29, inciso V da CF/88 c/c o artigo 10, inciso XVII da Lei Orgânica do Município.

#### Juridicidade e Mérito

7. Quanto a juridicidade, o projeto está regular e não apresenta vícios formais ou materiais.
8. No mérito, a proposta visa estabelecer o subsídio dos secretários municipais, bem



como regulamentar o pagamento de benefícios adicionais, como o 13º salário e as férias, buscando garantir a transparência e a integridade na gestão pública, assegurando que os agentes políticos recebam compensações compatíveis com suas responsabilidades e funções.

9. Além disso, a matéria contempla mecanismos de controle e fiscalização, de forma a assegurar que os pagamentos sejam efetuados de acordo com as normas legais vigentes. A iniciativa é fundamental para a valorização dos agentes políticos e para o bom funcionamento da administração pública municipal.

#### **Técnica legislativa e quórum para aprovação**

10. No tocante à técnica legislativa, a proposição está de acordo com as disposições da Lei Complementar nº 95/1998, que trata da elaboração, redação e consolidação das leis no Brasil.
11. A aprovação da matéria exige o voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal (cinco votos), em um único turno de votação, conforme estabelece o Regimento Interno.

### **III – CONCLUSÃO**

12. Diante do exposto, somos **FAVORÁVEIS** à deliberação do projeto de lei pelo Plenário da Câmara Municipal, no que se refere aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, sem prejuízo da análise do mérito por este colegiado e pelo Plenário. A aprovação da matéria exige o voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal (cinco votos), em um único turno de votação.

Sala das Comissões, 20 de junho de 2025.

**VER. LUCAS DENDEVITZ**  
Relator da CCJR

**VER. ENFERMEIRA TALITA**  
Presidente da CCJR

**VER. BENEDICTO MARTINS**  
Membro da CCJR